



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
E AO COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

12ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 16 de julho de 2024 - das 9h às 12h.

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, sala R1 e R2, 3º andar.

Membros presentes:

12ª Reunião do Grupo Técnico SBCE no âmbito do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, dia 16 de julho, das 9h às 11h, na sala R1, 3º andar, Bloco P, Ministério da Fazenda.				
Órgão/ Entidade/ Instituição	Representante	Cargo	PRESENT E	ONLINE
Ministério do Meio Ambiente	Aloisio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor	X	
Ministério da Fazenda	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica	X	
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnico na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental		X

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais		<u>X</u>
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes	X	
	Paulo Coelho Ávila (Suplente)	Analista de Infraestrutura	X	
Ministério de Minas e Energia	Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular)	Assessor Especial		<u>X</u>
	José Nilton de Souza Vieira (Suplente)	Coordenador-Geral de Etanol e Biometano		<u>X</u>
Ministério do Planejamento e Orçamento	Luciana Machado Teixeira Fabel (Suplente)	MPO-SEPLAN-SAES		<u>X</u>
Ministério de Povos Indígenas	Maike Torres de Sá (Suplente)	Coordenador de Gestão Ambiental para Justiça Climática - CAJUC		<u>X</u>
Ministério das Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Titular)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE		<u>X</u>
Secretaria-Geral da Presidência da República	Yumi Kawamura Gonçalves (Titular)	Coordenadora-Geral de Parcerias com a Sociedade Civil - SNDSAPP/SG/PR		<u>X</u>
AGU	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente		<u>X</u>
CONVIDADOS				
Órgão/ Entidade/ Instituição	Representante	Cargo	PRESENT E	ONLINE
DCOL/SMC/MMA	Thaynara K. Espíndola Pereira	Analista Ambiental	X	
DPMA/SMC/MMA	Álfe Boernerges de Oliveira Campo	Analista Ambiental	X	
DPMA/SMC/MMA	Lamarck Alves da Cunha	Analista Ambiental	X	
DPMA/SMC/MMA	Leandro Gomes Cardoso	Analista Ambiental	X	

GIZ	Sonja Berdau	Diretora do PoMuC	X	
GIZ	Leandra Fatorelli	Assessora Técnica	X	
MDIC	Demétrio Florentino de Toledo Filho	Analista de Comércio Exterior		X
GIZ	Carla Hudler Schimpf	Assessora Técnica		X
MMA	Klenize Chagas Faveiro	Especialista de Comércio Exterior		X
MAPA	Marcelo Fernandes Guimarães	Coordenador-Geral de Suporte Econômico		X
GIZ	Roberta Medeiros Lossio			X
GIZ	Juan Carlos Mendonza Reyes			X
MT	Ricardo Luiz Medeiros Meirelles	Coordenador de Projetos Especiais e Mudança do Clima Substituto		X
GIZ	Jonas Russbild			X

PAUTA:

1 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

Foi verificado o quórum e identificados os membros participantes.

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida:

- Apresentação dos produtos da consultoria PoMuC;
- Apresentação sobre o UK Pact.

2 – Consultoria PoMuC

Foi apresentada a revisão sistemática das atividades 2 e 3 no âmbito da consultoria que realizou estudos para apoiar um programa de relato e remoções de GEE no âmbito do sistema brasileiro do comércio de emissões.

Foram citados os principais estudos revisados, sendo: Requerimentos para um sistema nacional de MTV de emissões de GEE elaborado pela FGVces em 2013; Análise da questão, cenários e objetivos do PNR GEE elaborado pelo PoMuC em 2018 e; Relatório consolidado: Ciclos I, II e III do GT Inventários Organizacionais elaborado pelo CTIBC em 2020.

Foram realizados alinhamentos relativos a terminologias, diretrizes para um PNR-GEE, as bases para um programa de MRV, sendo: enquadramento legal, arranjo institucional, diretrizes de monitoramento, diretrizes de relato, diretrizes de verificação, diretrizes para ciclo e cumprimento e as principais etapas da implementação de um PNR-GEE.

Foi apresentado o contexto econômico e as especificidades setoriais, destacando as oportunidades e contextos da realidade brasileira, assim como o perfil de emissões brasileiro.

Foi apresentado um breve resumo das experiências de relato nacionais analisadas, sendo: As iniciativas dos sistemas de relato voluntários, ou corporativos, utilizando o GHG Protocol e o CDP; Os sistemas de relatos subnacionais, com destaque as iniciativas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e no Paraná; e Os sistemas de relato federal, a partir do RAPP-CTF do Ibama e do SIRENE Inventários Organizacionais do MCTI.

Foram apresentadas também as experiências internacionais, com base nas iniciativas da União Europeia, da Califórnia, da Austrália e da Nova Zelândia. Foi destacado que o estudo do PoMuc mapeou 25 programas mandatórios de relato internacionais e ponderou sobre a relevância deles para o contexto brasileiro.

Foi apresentado um panorama sobre a cobertura potencial de um PNR-GEE, sendo as recomendações considerar os gases de forma gradual, as fontes de emissão subdivididas em fontes diretas e indiretas, setores e atividades, ponderando o número de agentes, e limiares de emissões, considerando o gradualismo ao longo do tempo.

Foi realizada uma análise de custos estimados para o PNR-GEE considerando os custos públicos e privados. As recomendações finais apresentaram sugestões quanto ao marco legal, governança, diretrizes, fases de implementação, periodicidade de relato, ciclo de cumprimento, plataforma, garantia de qualidade, *enforcement* e publicização de dados.

Além disso, foi identificado que a revisão dos estudos foi importante para sistematizar os conhecimentos já existentes que podem apoiar no desenvolvimento do

MRV brasileiro. Porém, é necessário atualizar algumas informações e incluir a visão do SBCE brasileiro para o desenvolvimento das próximas iniciativas.

Foram realizados questionamentos relacionados a utilização do GHG Protocol e fatores de emissão, foi comentado que a falta de padronização e limitação do fator de emissões impossibilita as comparações entre os diferentes agentes, o que não pode ocorrer em um sistema regulado. Foi mencionado que a experiência do Sirene Inventários Organizacionais pode auxiliar na harmonização e padronizações de fatores de emissões.

Foi proposto que entre como ponto de agenda nas próximas reuniões uma apresentação sobre o Sirene Inventários Organizacionais.

Foi questionado se na experiência internacional há relatos entre a conexão de inventários organizacionais e o inventário nacional, foi respondido que existem poucas informações, mas que um dos objetivos dos inventários organizacionais é apoiar na qualidade e conformidade de dados do inventário nacional.

Foi apresentado mais um resultado do trabalho de consultoria que consistiu em comparar as recomendações para cada um dos tópicos em análise com o que é proposto no Projeto de Lei que objetiva instituir o SBCE.

Foi comentado que as recomendações indicam a regulação em nível de instalação, com exceção de setores que tornariam a regulação inviável devido ao número de agentes, como o setor de transportes que se recomenda a regulação *upstream* e a pecuária que se recomenda a regulação *downstream*. Quanto aos limiares podem variar entre 0 a 100ktCO₂e/ano baseados nas experiências internacionais, para o Brasil os estudos analisados recomendaram os limiares de 10 e 25 ktCO₂e/ano, no PL ficou definido o limiar de 10 ktCO₂e/ano.

Nas conclusões finais foi destacada a necessidade de produzir uma análise de impacto regulatório aderente às definições do SBCE e concentrada nas lacunas de informações e pontos a definir, como a cobertura do MRV e os custos decorrentes.

2 – ETS do México (SiCEM)

Foi realizada uma breve apresentação sobre o programa Euroclima, seus objetivos e atuação.

Foi iniciada a apresentação sobre o ETS do México (SiCEM), apresentando os 3 pilares de ação para atingir os objetivos de mitigação no contexto das mudanças climáticas: recomendações com base na ciência, construção de capacidades e transferência de conhecimentos.

Foi apresentado o histórico de desenvolvimento do ETS no México, que foi o primeiro país da América Latina a implementar esse sistema e conta com 289 participantes dos setores industriais e de energia, destacou-se que mais de 90% dos participantes já verificaram e cumpriram suas obrigações entre 2021 e 2023.

O programa iniciou a fase de testes em 2019, em 2022 ocorreu a fase de transição e a 1ª fase se iniciou em 2024 com os anos de compromisso. Foi comentado que houve um aumento da verificação de 3ª parte das emissões, que era de 86% em 2021 e chegou a 96% em 2023.

Foi questionado se no contexto mexicano já existia um sistema de *report* de emissões antes do ETS, como acontece na Califórnia, foi então esclarecido que o sistema de *report* (RENEE) baseados em metodologias do IPCC, somada a verificação por 3ª parte consistem na base do ETS.

Foi questionado o % de cobertura do ETS do México, que corresponde a cerca de 40% das emissões nacionais. Foi questionado quando tempo demorou entre a aprovação da lei e a regulamentação do ETS, que foi em torno de 3 – 4 anos.

3 – Informes Gerais

Será realizado um workshop no dia 08 de agosto para apresentar os primeiros resultados da consultoria sobre credenciamento de metodologias para *offsets*.

4 – Conclusão e próximos passos

A reunião foi encerrada às 12h, será realizado agendamento da próxima reunião em data oportuna.